

## IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

### O CONTROLE FACE-A-FACE COMO PROPOSTA MICROPOLÍTICA

Renan Kois Guimarães (Programa de Iniciação Científica, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR); Carlos Eduardo Lopes (Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR); Carolina Laurenti (Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR).

contato: renankois@gmail.com

**Palavras-chave:** Dominação. Controle face-a-face. Micropolítica.

A discussão do conceito de política tem uma longa tradição, que vai desde Aristóteles, até autores mais recentes como Kant, Marx, Max Weber. (BOBBIO, 2000). Nessa tradição, termos como *ciência* ou *filosofia política* são “[...] habitualmente empregados para indicar a atividade ou o conjunto de atividades que têm de algum modo, como termo de referência, a *pólis*, isto é, o Estado.” (BOBBIO, 2000, p. 160). Essa concepção caracteriza a política com um sistema governamental, um Estado organizado.

Segundo essa concepção tradicional, Heywood (2010) considera as ideias e ideologias como base da política, argumentando que elas inspiram ações nesse campo. Nesse contexto, ideologias liberais, conservadoras, fascistas, entre outras, seriam modos de identificar política com Estado, com um sistema organizado de governo.

Contraponto essa visão tradicional, Foucault (2012) entende as interações humanas como relações de poder ou relações políticas. Segundo Deleuze e Guattari (1996), todas as relações são políticas, e toda a política é simultaneamente macro e micropolítica. Com essa compreensão de relações políticas, os autores não negam que o Estado também faça parte da política - uma máquina pública organizada, macropolítica -, mas buscam ampliar essa compreensão com o conceito de micropolítica.

Foucault (2012) entende que as instituições são organizações macropolíticas que utilizam diferentes instrumentos para subjugar os indivíduos. Nesse campo, as relações de poder são específicas, caracterizando um poder disciplinar, que tem por função a docilização dos corpos, a hierarquização, a classificação e normalização (FOUCAULT, 2012). Junto com esses instrumentos que levam à dominação, há uma maior organização interna nas instituições macropolíticas. Dessa forma, o planejamento institucional propicia um desequilíbrio e uma cristalização das relações de poder presentes entre indivíduos e instituições, entre controlados

## IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

e controladores, respectivamente.

Já a micropolítica pode ser entendida como: “[...] um encontro ‘privado’, que, na sua forma mais típica, ocorre em espaços protegidos, de modo geral, fora de qualquer olhar externo de controle” (CECILIO, 2011, p. 591). As relações micropolíticas se dão de forma privada no sentido de que elas não são diretamente afetadas pelas instituições. Então, a micropolítica tem a pretensão de tornar as relações mais equilibradas, permitindo que os indivíduos resistam em suas relações sociais, uma vez que, nesse contexto, um indivíduo relaciona-se diretamente com outros indivíduos, sem a mediação de cargos e instituições.

Essa concepção de política mais abrangente, que não se restringe à macropolítica e estende o conceito a todas as relações essencialmente humanas, tem como princípio básico as relações de *poder*. Autores como Sá (1983) e Weber (1989), argumentaram que o conceito de poder tem afinidades com a noção skinneriana de controle, permitindo aproximações entre as propostas de Foucault e Skinner.

Essa aproximação entre Foucault e Skinner permitiria esclarecer algumas críticas frequentes ao comportamentalismo skinneriano, no que tange o conceito de controle. Partindo de uma noção de *controle* como abuso de poder, subjugação, essas críticas compreendem que o comportamentalismo radical recomendaria esse “controle” (CARRARA, 1992). O próprio Skinner (2006) argumentou que se por um lado todo comportamento é controlado, por outro lado, o comportamento também controla o mundo, alterando-o. O controle seria entendido como inerente as relações dos seres vivos com o mundo físico e social: o comportamento altera - controla - o mundo, gera uma consequência, e essa consequência muda a probabilidade desse comportamento voltar a ser emitido - controla esse comportamento - (SKINNER, 1981).

No entanto, o comportamentalismo skinneriano não desconsidera a existência de dominação, mas entende que não é o controle a causa da servidão, mas um tipo específico de controle que gera a subjugação: o controle aversivo. De modo similar ao que faz Foucault, Skinner (2003) argumenta que o controle coercitivo é encontrado, sobretudo, nas instituições macropolíticas: “estritamente definido, o governo é o uso do poder para punir [...] a fonte do poder de punição determina a composição da agência no sentido mais estrito.” (SKINNER, 2003, pp. 365-366), e ainda: “[...] como a agência governamental opera principalmente através do poder de punir, a ênfase é sobre o ‘errado’”. (SKINNER, 2003, p. 387). Dessa forma, tanto Foucault quanto Skinner parecem concluir que as maiores responsáveis pela

## IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

subjugação dos indivíduos em uma relação social são as instituições. E isso acontece porque essas “agências controladoras” organizam práticas para controlar os membros do grupo em que está inserida.

Essas práticas macropolíticas estão ligas à capacidade que a agência controladora tem de produzir eventos reforçadores positivos e aversivos. Skinner (2003, p. 363) afirma: “o grupo exerce um controle ético sobre cada um de seus membros através, principalmente, de seu poder de reforçar ou punir.”. Esse “poder” de proporcionar eventos reforçadores positivos e negativos decorre de uma maior organização por parte da agência controladora do que o resto do grupo. Além disso, um aspecto importante é que alguns eventos reforçadores proporcionados por uma agência só podem ser obtidos subjugando-se a essa instituição. Por exemplo, a universidade: não há como obter legalmente um diploma, um título como mestre ou doutor a não ser respeitando o regimento dessa instituição, se submetendo a provas, comparecendo às aulas. Em toda agência controladora impera um desequilíbrio na relação entre controlado e controladores, visto que ela detém a exclusividade de proporcionar alguns eventos reforçadores.

Decorrente dessa cristalização das relações sociais, as verdades construídas e difundidas pelas instituições são tomadas no corpo social como absolutas, pois umas das estratégias adotadas por essas agências controladoras consiste em apagar a história dessas verdades. Termos como *legal* e *ilegal* podem classificar comportamentos prejudiciais, *ou não*, aos membros do grupo. Porém, quando esses termos passam a ser ordenados em forma de legislação e uma agência controladora passa a ser responsável por descrever comportamentos lícitos e ilícitos, a classificação inicial perde sua função social e um comportamento passa a ser ilegal quando traz prejuízos a agência de controle: “Sob um magistrado absoluto o comportamento é ilegal se traz consequências aversivas para a agência.” (SKINNER, 2003, p. 367).

Tendo em vista que a macropolítica é o campo da dominação, e entendendo as críticas tecidas por Skinner às agências controladoras, esta pesquisa buscou estabelecer um diálogo entre a proposta micropolítica de Foucault e a saída skinneriana à subjugação institucional: o controle face-a-face. Skinner (1978) entende que há mais esperança em relações face-a-face, não intermediadas por instituições. O autor diz que para existir relações humanas justas não basta apenas restringir o controle das agências institucionalizadas, mas é necessário um investimento nessa forma específica de controle. Essa recomendação se deve ao fato de que o

## IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

controle face-a-face permitiria o contato mais direto e imediato com as consequências produzidas pelo comportamento no outro. Além disso, diferentemente de uma ação mediada por regras, cargos e regulamentos, na qual o controle não pode ser identificado em um indivíduo específico, no controle face-a-face os indivíduos têm maiores possibilidades de agir contra a exploração, contra-controlando tentativas de exploração.

Todos os mecanismos que a agência de controle utiliza para subjugar os indivíduos servem para que o controle se torne mais impessoal, “burocratizando” as relações de poder. O controle aversivo é exercido pela “agência controladora”, mas essa agência não é algo físico: não pode ser identificada como o espaço que ocupa, nem pode ser equiparada aos funcionários, tampouco pode ser classificada como o conjunto de regras e normas da agência. Assim, parece que ao defender o controle face-a-face, Skinner (1978) está seguindo a recomendação foucaultiana de buscar uma alternativa micropolítica para as relações de dominação institucionalizadas.

Essa interpretação das eventuais aproximações entre as propostas de Foucault e Skinner, permite não apenas avaliar as críticas tradicionais endereçadas ao comportamentalismo radical, mas também delineia o controle face-a-face como uma alternativa esperançosa para as relações de dominação. Além disso, esse diálogo estabelecido entre dois autores pode servir para ampliar comparações para outros conceitos e promover novas discussões no âmbito das relações humanas na psicologia em geral e na análise do comportamento em especial.

### Referências

BOBBIO, N. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CARRARA, K. A questão do controle na abordagem comportamental. **Psicologia Argumento**, Curitiba, p. 109-115, 1992.

CECILIO, L, C, O. Apontamentos teórico-conceituais sobre processos avaliativos considerando as múltiplas dimensões da gestão do cuidado em saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, vol. 15, n. 37, p. 589-599, abr-jun, 2011.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010.

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

SÁ, C. P. de. Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 136-145, 1983.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. Human behavior and democracy. In: \_\_\_\_\_. **Reflections on behaviorism and society**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1978, p. 3-15.

SKINNER, B. F. Seleção por consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 129-137, 2007.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 2006.

WEBER, L, N, D. Algumas notas sobre o conceito de poder em Skinner. **Psicologia Argumento**, Curitiba, p. 29-39, 1989.